

# O CONTROLE SOBRE O CAPITAL ESTRANGEIRO

EM DEBATE NA  
IMPRENSA COMUNISTA  
(1951-1964)

Roberto Bitencourt da Silva <sup>1</sup>

O artigo tem como objeto de análise dois jornais cariocas que integraram a imprensa do Partido Comunista do Brasil (PCB):<sup>2</sup> *Imprensa Popular* e *Novos Rumos*. Periódicos que contribuíram para a veiculação das ideias políticas do partido, bem como para noticiar questões sociais, políticas e econômicas sensíveis aos estratos sociais subalternos. O período priorizado consiste nos anos de 1951 a 1964 e tem em vista permitir a identificação da projeção alcançada na agenda pública por um assunto em particular: a disciplina do capital estrangeiro na economia brasileira.

Nesse sentido, cumpre tecer observações sobre o processo de construção da agenda pública, fenômeno que envolve a seleção de temas oriundos dos debates e das vicissitudes da sociedade. A agenda possui acentuada atenção coletiva e promove a criação de uma ambiência social e política que enreda a ação dos agentes institucionais, em torno das preocupações públicas de maior destaque, segundo Michael Hawlett<sup>3</sup>.

Manchete defende a limitação da remessa de lucros do capital estrangeiro. Imprensa comunista, jornal *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, ano III, nº 149, 15 a 21 de dezembro de 1961.

Em nossos dias, o jornalismo praticado pelos conglomerados de mídia detém recursos decisivos para selecionar e dar visibilidade a determinados temas. Portanto, de acordo com Luis Felipe Miguel, é dotado de força para “descrever a realidade” e interferir no mundo social, em conformidade com seus critérios de noticiabilidade<sup>4</sup>. Ainda em relação ao tempo presente, é plausível argumentar que, por conta da prevalência da televisão enquanto fonte de informação, é recorrente, em diferentes estudos e reflexões, a oportuna reserva de primazia aos meios massivos e comerciais na análise da construção da agenda pública.

Importa sublinhar, no entanto, que atores integrantes dos universos da política institucional e da seara econômica, bem como agentes da sociedade civil organizada, são portadores da capacidade de incluir ou reforçar assuntos na agenda, com incidência na formação da opinião pública. Iniciativas, demandas e visões políticas externas ao campo jornalístico podem também pautar a imprensa e a agenda pública<sup>5</sup>. Todavia, em função da natureza oligopolizada dos meios de comunicação, na atualidade, os filtros à disposição da mídia tendem a incidir negativamente em face das ações e das ideias incongruentes com a sua cosmovisão editorial, restando a estas pautas a invisibilidade, o silêncio e/ou a demonização. Devido à força simbólica alcançada pelos conglomerados de mídia, influentes na formação das categorias de percepção social, uma tem prevalecido “concepção publicista e elitista da opinião pública”. Na acepção dada por Aloysio Castelo de Carvalho<sup>6</sup>, tal concepção confere legitimidade à voz e ilumina causas propugnadas por restritos setores das sociedades política e civil, tais como autoridades públicas instituídas, círculos empresariais e a própria mídia.

Fazendo um ponderável recuo no tempo podemos identificar, sobretudo, traços de descontinuidade em relação aos fenômenos postos em relevo. Tomando as décadas de 1950 e 1960 como marco temporal de análise, é possível argumentar que o setor das comunicações pouca relação guarda com o tempo presente. A televisão dava os seus primeiros passos no país. A cidade do Rio de Janeiro possuía mais de 20 jornais em circulação<sup>7</sup>, conformando um cenário infocomunicacional razoavelmente pluralista, assentado em um mercado não oligopolizado. As possibilidades abertas aos setores que não pertenciam às classes dominantes – no tocante à representação político-partidária, a estratos de classes e movimentos sociais –, assim como às ideias e propostas que, hoje, são depreciadas, propiciavam, então, maior poder de incidência aos de baixo e às esquerdas na formação da opinião pública e na construção da agenda.

No curso dos anos de 1951 a 1964, os jornais comunistas, *Imprensa Popular* e *Novos Rumos*, além de veicular a cosmovisão do PCB, davam ênfase ao

noticiário de problemas sociais, políticos e econômicos que afligiam setores sociais tidos como “incapazes” de participar da construção da agenda pública, na avaliação dos jornais liberais-conservadores<sup>8</sup>. Os periódicos comunistas apresentavam ainda atuação e circulação significativas<sup>9</sup>.

O dilatado intervalo temporal selecionado tem em vista permitir a análise sobre o processo de inclusão e de projeção alcançada na agenda pública por um assunto em especial: a disciplina do capital estrangeiro na economia brasileira. Hoje, a visão laudatória e acrítica sobre os investimentos externos predomina na sociedade brasileira, sobremaneira nas redações do jornalismo econômico. Como assinalava Bernardo Kucinski anos atrás, em meio à inaugural subserviência do país aos postulados financistas e privatizantes da “globalização”, a “defesa integral dos interesses estrangeiros campeia no jornalismo econômico”<sup>10</sup>. Um fenômeno persistente, operando como um consenso jornalístico, influenciando e moldando os esquemas de percepção social e as diretrizes programáticas e eleitorais de quase todos os partidos políticos.

Entretanto, nos anos 1950-60, a participação do capital estrangeiro na economia do país representava um tema debatido acaloradamente, denotando controvérsias e tomadas de posição conflituosas. A disciplina do capital estrangeiro foi assunto progressivamente incluído na agenda pública. Ganhou notável repercussão social, política e jornalística, até configurar-se, no governo do presidente trabalhista João Goulart (1961-64), em relevante item das Reformas de Base, que formavam um amplo leque de reformas sociais e econômicas defendidas por movimentos sociais do campo e da cidade e por expressivas forças políticas das esquerdas – trabalhistas, comunistas, socialistas e segmentos católicos. A disciplina do capital estrangeiro representa uma das variáveis que pesou na deflagração do golpe civil-militar de 1964, com a adesão de importantes setores empresariais às teses da “ameaça ao capital estrangeiro e à iniciativa privada”, de acordo com Florestan Fernandes<sup>11</sup>.

Não foram poucas as pressões exercidas pelos circuitos empresariais nacionais e internacionais, bem como pela diplomacia estadunidense, para a adoção do princípio da irrestrita participação das corporações multinacionais na economia nacional e à concessão de facilidades para as transferências dos lucros aos países que as sediavam. Um bloco burguês transnacional, conformado pela associação de capitalistas nacionais e estrangeiros, foi tecido, tendo por foco, entre outros propósitos, promover os investimentos externos e as suas remessas de lucros, conforme René Dreifuss<sup>12</sup>.

Tomando por referência relato oferecido pelo então jornalista do *Correio da Manhã*, Pedro do Coutto, ao editar o decreto de regulamentação das remessas de lucros, em janeiro de 1964, João Goulart teria confidenciado que estava “assinando” sua “deposição”<sup>13</sup>. Poucos anos após o golpe, em entrevista con-

cedida no exílio, o presidente destituído sublinhou a participação do governo dos EUA no movimento golpista, ressaltando que “a lei que regulamentou a remessa de lucros de empresas estrangeiras ‘causou grande perturbação ao governo’”<sup>14</sup>. Tratava-se, com efeito, de uma questão explosiva.

No tocante ao ordenamento do trabalho, o próximo item descreve determinadas características organizacionais e editoriais da imprensa comunista. Na sequência, são feitas algumas ponderações que visam apresentar o tema da disciplina do capital estrangeiro, sobretudo no que compete à limitação das remessas dos seus lucros. O item que dá continuidade ao artigo visa à estrita análise do noticiário da imprensa comunista a respeito da temática. Procura salientar a especial atenção dedicada pelos periódicos do PCB à questão do controle sobre o capital estrangeiro, buscando evidenciar uma linha editorial que procurava incluí-la na agenda pública. Ademais, é plausível argumentar que os jornais selecionados consistem em um recorte, delimitado e parcial, que pode favorecer a identificação do processo de projeção alcançada pelo tema da disciplina do capital estrangeiro na agenda da época, assinalando a capilaridade da repercussão e do interesse sobre o assunto, em diferentes círculos políticos e sociais, ao longo do tempo.

É desenvolvida ainda uma análise do enquadramento das notícias, com o intuito de mapear o perfil da narrativa, ou seja, os ângulos privilegiados e as categorias explicativas e descritivas mobilizadas pelo noticiário. Como assinala Maxwell McCombs, o enquadramento denota a “perspectiva dominante, a forma de organizar o pensamento”, isto é, compreende não apenas o que se noticia, como também o modo pelo qual são lançadas as luzes sobre um dado assunto<sup>15</sup>. Encerro com algumas considerações provisoriamente conclusivas.

## O PCB e a sua imprensa

Organização partidária mais antiga da história brasileira, o PCB foi fundado em 1922 e “sempre valorizou o desenvolvimento de ferramentas autônomas de produção e disseminação de informações”, conforme Marcelo Mattos<sup>16</sup>. Um dos seus primeiros órgãos oficiais foi *A Classe Operária*, lançado em 1925 e retirado de circulação em 1952<sup>17</sup>. Privilegiava sobremaneira o noticiário em torno das vicissitudes sofridas pelas classes trabalhadoras<sup>18</sup>. Dirigido aos quadros partidários, durante a década de 1940 *A Classe Operária* teve a companhia de outro periódico posto em circulação pelo PCB: a *Tribuna Popular*. Este jornal, ativo entre 1945 e 1947, teve como público-alvo as “massas proletárias e populares”<sup>19</sup>, transcendendo os marcos do universo de filiados e aderentes.

Durante parte expressiva da sua trajetória, o PCB, bem como a sua imprensa, conviveu com a repressão e a clandestinidade. Mesmo assim, segun-

do Mattos, o partido alcançou o “período mais significativo da sua história entre os anos 1940 e 1960”, investindo “em espaços de formação política e na construção de uma imprensa bastante ativa”. Nestes decênios a imprensa comunista consistiu, “talvez para a maioria” dos militantes, “na porta de entrada do PCB”<sup>20</sup>.

Posto isto, cumpre tecer algumas ponderações sobre os jornais que representam o objeto deste estudo: *Imprensa Popular* e *Novos Rumos* que circularam, consecutivamente, entre 1948 e 1964. O jornal *Imprensa Popular* foi criado em substituição à *Tribuna*, circulando entre os anos de 1948 e 1958<sup>21</sup>. Sua linha editorial valorizava temas considerados sensíveis ao público, isto é, as classes trabalhadoras e populares, denotando enquadramentos noticiosos que mobilizavam as suas vozes e reivindicações, diferentemente dos jornais maiores, comerciais. De acordo com Jayme Ribeiro, periódicos como *O Globo* e *Jornal do Brasil* tendiam a conceder espaço e reconhecer direito à voz apenas às “autoridades constituídas”<sup>22</sup>. Áreas adjacentes e pertencentes à periferia da cidade do Rio de Janeiro, habitualmente desconsideradas por parte da imprensa da época, recebiam atenção da *Imprensa Popular*, contando com importantes espaços dedicados em seu noticiário. Circulando diariamente nas bancas, o jornal tinha poucos e modestos anunciantes, e sua equipe editorial apresentava nomes como Pedro Motta Lima, Aparício Toreli, Mario Lago e Moacir Werneck de Castro<sup>23</sup>.

Em relação a *Novos Rumos*, tratava-se de um jornal semanal, que chegou a atingir a expressiva tiragem de 60 mil exemplares. Veículo de comunicação do PCB, contava igualmente com modestos e pequenos anunciantes, ficando na dependência maior das vendas nas bancas e de assinaturas<sup>24</sup>. Colocado na esfera pública a partir de fevereiro de 1959, deparou-se com o encerramento das suas atividades imediatamente após o golpe civil-militar de 1964. Era destinado não apenas aos comunistas, como ao conjunto das massas proletárias e aos seus “aliados estratégicos”<sup>25</sup>. Segundo Marieta de Moraes Ferreira, a direção do semanário “era integrada por Mário Alves e Orlando Bonfim”, tendo como colaboradores, entre outros, Roberto Morena, Apolonio de Carvalho, Beatriz Bandeira e Leandro Konder<sup>26</sup>.

Tomando por base delimitação conceitual oferecida por Aluizio Alves Filho, se pode argumentar que *Imprensa Popular* e *Novos Rumos* foram exemplares de um tipo singular de imprensa, a saber: a “publicação partidária”. Um tipo de produto jornalístico que apresenta um “compromisso com causa determinada, sendo fechado a qualquer outra visão de mundo”, consistindo em “porta-voz de ideologias claramente delineadas”<sup>27</sup>. Nesse sentido, os imperativos políticos do PCB, nos anos 1950-60, incidiram nas linhas editoriais dos periódicos, ordenando a produção do noticiário e as avaliações sobre a

cena política. Teremos a oportunidade de observar essas mudanças adiante, na análise do noticiário comunista e na identificação das suas nuances.

## **O capital estrangeiro e as suas remessas de lucros: cenário e controvérsias**

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, os EUA foram alçados à condição de potência capitalista hegemônica, dotando sua moeda, o dólar, como parâmetro central do sistema de trocas comerciais no mundo. Países chamados de subdesenvolvidos, que tinham na produção primário-exportadora o eixo das suas economias, se deparavam com constrangimentos expressivos para levar a cabo iniciativas de industrialização. Foi o caso das nações latino-americanas, dada a conjuntura internacional bastante “adversa”, segundo pesquisas na área<sup>28</sup>.

O Brasil, em particular, tendo no café o principal item da sua pauta de exportações, apresentava sérias dificuldades para “obter divisas através de um esforço exportador”, devido aos baixos preços dos bens primários no mercado mundial<sup>29</sup>. Nesse contexto, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão de estudos da ONU na região, surgida em 1948, teve na tese sobre o intercâmbio desigual entre países industrializados e agro-minério-pecuários uma das suas ideias mais influentes nos debates políticos e econômicos brasileiros, dos anos 1950-60. Importa ainda frisar que a União Soviética simbolizava um ícone de desenvolvimento social e econômico, via planejamento e intervenção estatal na economia, para muitos estratos sociais das nações colonizadas e periféricas do capitalismo<sup>30</sup>.

De acordo com Noije e Pires, as décadas de 1950 e 1960 foram um período de “carência crônica de divisas” para o Brasil, gestando limites ao processo de industrialização, caracterizado pela dependência da “importação de bens de capital e insumos básicos”. Segundo os autores, o país recorreu “à poupança externa sob a forma de empréstimos e investimentos estrangeiros”<sup>31</sup>. As controvérsias em torno desse acolhimento do capital externo foram significativas e não deixaram de repercutir aspectos da polarização internacional da Guerra Fria. As divergências acirraram-se precisamente a partir do governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), em que a transnacionalização da economia brasileira foi acelerada.

Consoante a análise de Fábio de Campos e Fernando Rodrigues, esquematicamente, duas cosmovisões se entrecrocaram. De um lado, uma perspectiva que “almejava submeter o desenvolvimento capitalista a um controle político que o transformasse em um verdadeiro desenvolvimento nacional”, visando “superar a segregação social e o domínio imperialista sobre a socie-

dade brasileira”. De outro, avaliações que preconizavam o fortalecimento do capitalismo, por meio da “associação das burguesias internas com o capital internacional, ao mesmo tempo em que funcionaria como força contrarrevolucionária”, segundo os autores.<sup>32</sup> Esta visão prevaleceu com o golpe civil-militar de 1964.

A limitação das remessas de lucros do capital estrangeiro consistiu em tema público gradativamente importante, entre outros, por conta das divisas escassas. As empresas multinacionais transferiam seus lucros e dividendos em dólar, moeda que era adquirida no mercado brasileiro. Fenômeno que pressionava a balança de pagamentos do país e limitava a disponibilidade de moeda estrangeira para a satisfação de necessidades nacionais<sup>33</sup>. Entre 1946 e 1964, foi sistemática a produção de normas oficiais visando à disciplina das remessas de lucros das companhias estrangeiras<sup>34</sup>. Igualmente constantes foram as alterações ocorridas, sob diversos influxos, inclusive das pressões exercidas pelas multinacionais e pelo governo dos EUA.

Considerando os estímulos oficiais concedidos ao capital estrangeiro, alguns números se prestam a ilustrar os seus crescentes ganhos. Segundo Noije e Pires, em meados da década de 1950 um mecanismo adotado foi a utilização de câmbios diferenciados. O investimento externo entrava no país pelo mercado livre (em que o dólar tinha cotação maior) e era remetido pela taxa oficial, cujo dólar era mais barato, em média demandando duas a três vezes menos moeda nacional para compra. Um artifício que sobrevalorizava os lucros e que permitia “recuperar o investimento inicial em quatro anos”<sup>35</sup>. Levando em conta potenciais vantagens alcançadas após a instalação da ditadura civil-militar de 1964, são esclarecedoras as informações de Kucinski: “A Comissão Parlamentar de Inquérito de 1975, que examinou a atuação das multinacionais, verificou que a maioria delas havia remetido para o exterior, em apenas dez anos, até 40 vezes o capital inicialmente investido”<sup>36</sup>.

Durante os anos 1950-1960, os atores individuais e coletivos sintonizados com uma perspectiva econômica liberal eram adeptos da adoção de estímulos aos investimentos externos no país. Habitualmente posicionavam-se em reação às propostas e à tomada de posição dos defensores da disciplina do capital estrangeiro. Eram estes últimos que guardavam efetivo interesse em repercutir o tema junto à opinião pública. Assim, um destacado intelectual das hostes liberais, o economista Eugênio Gudín, entendia que a questão do capital estrangeiro estava sendo “deturpada pela propaganda de um nacionalismo primário e extremamente danoso aos interesses do País”. Avaliava ainda que “só a burrice empedernida pode querer afastar a importante contribuição que o capital estrangeiro pode representar para nosso desenvolvimento”<sup>37</sup>. Por seu turno, entidades empresariais posicionavam-se desfavoravelmente ao

projeto de lei que disciplinava a remessa de lucros – aprovado pelo Congresso Nacional em 1962<sup>38</sup>. A Confederação Nacional do Comércio e a Confederação Rural Brasileira entendiam que “as fronteiras não devem ser fechadas a quantos desejam participar das atividades úteis ao progresso nacional”<sup>39</sup>.

À esquerda, personagens que compartilhavam um imaginário nacionalista popular e anti-imperialista preconizavam condicionantes aos investimentos externos. Um dos protagonistas da projeção pública do tema da limitação das remessas de lucros foi o trabalhista e deputado federal carioca Sérgio Magalhães. O parlamentar compreendia que o “propósito do capital estrangeiro era o de ‘operar a repatriação do capital e dos lucros fabulosos que auferem nos países de economia colonial’, amortizando o ‘investimento num prazo extremamente curto’” e convertendo o Brasil em um “quintal do imperialismo”<sup>40</sup>. Por sua vez, a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), frente interpartidária integrada em sua maioria absoluta por parlamentares do PTB, desde a sua formação, em 1956, conformava um dos principais atores coletivos que exigia normas regulatórias sobre o capital estrangeiro<sup>41</sup>.

## **Os investimentos externos nas páginas de *Imprensa Popular e Novos Rumos***

À guisa de comparação, se pode afirmar que os jornais cujas linhas editoriais comungavam valores liberais, do ponto de vista econômico, e conservadores, sob o prisma político, faziam encarniçada oposição às ideias nacionalistas e à tese da disciplina do capital estrangeiro na economia brasileira. Assim, *O Globo* reiteradamente publicava matérias com conotação negativa, não raro com títulos autoexplicativos: “Desastrosa para o país a lei de remessa de lucros”<sup>42</sup>. O jornal *Correio da Manhã* não deixava por menos: “Trata-se de uma iniciativa em parte estúpida, em parte inspirada por má-fé, que é capaz de derrubar o governo”, de João Goulart, “o regime e os últimos restos de capacidade de recuperação econômica e financeira do país”<sup>43</sup>. Não é demasiado frisar que o noticiário desses periódicos tendia a acompanhar ações e debates empreendidos, especialmente, na política institucional. A posição do referido setor da imprensa, no tocante à questão, apresentava contornos reativos. Era traço marcante a prioridade dada às opiniões da seara política e dos círculos empresariais, favoráveis à irrestrita participação dos investimentos externos. A repercussão que, ao fim e ao cabo, promoviam ao tema tendia a ser fruto de críticas aos personagens políticos e aos organismos coletivos que o preconizavam.

Na contramão, *Última Hora*, periódico de orientação popular e nacionalista, denotava posição editorial abertamente favorável ao controle sobre o

capital estrangeiro, com críticas aos “arautos” dos investimentos externos. Tais investimentos eram classificados como uma “bomba de sucção”, beneficiados por “uma legislação entreguista como é a nossa”<sup>44</sup>. Entretanto, enquanto jornal formado, em 1951, para dar apoio ao trabalhista e presidente Getúlio Vargas (1951-1954), com vistas a contribuir para a construção de uma “imagem popular do líder”<sup>45</sup>, *Última Hora* conviveu com as vicissitudes, os avanços e recuos das ações do presidente Vargas e, posteriormente, da coalizão política que defendia, integrada por PTB e PSD<sup>46</sup>. Com efeito, as questões da disciplina do capital estrangeiro e, particularmente, da limitação das remessas de lucros tendiam a ser noticiadas, e positivamente repercutidas, com base nas intervenções políticas institucionais, em especial de personagens associados à corrente política trabalhista. Em suas páginas, o poder de agenda em torno dos assuntos figurava sob o predomínio da voz dos políticos trabalhistas.

Nesse sentido, uma relevante especificidade da imprensa comunista foi a produção de matérias, reportagens e artigos de opinião que não dependiam de iniciativas provenientes da política institucional. O anti-imperialismo configurava componente importante do ideário pecebista<sup>47</sup>. Este ingrediente valorativo norteava as avaliações políticas e econômicas dos jornais comunistas, bem como estimulava o aguçamento da atenção ao perfil de inserção do capital estrangeiro na economia brasileira. Em meio a um misto de silêncio e tímida problematização nos campos político e jornalístico, *Imprensa Popular* tomava a iniciativa de divulgar ao público o tema dos lucros do capital estrangeiro.

Em 1951, realizou uma série de reportagens sobre os lucros empresariais alcançados na Segunda Guerra Mundial. Em uma delas o periódico analisou os números concernentes a uma companhia petrolífera estadunidense, Standard Oil of New Jersey, detentora da Esso e da Atlantic no Brasil. Registrava a matéria que o período havia sido marcado por “dificuldades de importação”, no caso também de petróleo. Reduziam-se as vendas no mercado brasileiro, “prejudicando os transportes e a indústria”, mas “não os lucros”: o “pouco que vinha propiciava lucros verdadeiramente fabulosos, às companhias petrolíferas”. Somente em 1941, registrava o jornal, a Standard “conseguiu o recorde de lucros sobre o capital”, de “449%”<sup>48</sup>.

Na interpretação de *Imprensa Popular*, as informações revelavam os “processos adotados pelas companhias imperialistas de sugar ao máximo as economias dos países onde lançam as suas garras”<sup>49</sup>. Chamar a atenção do leitor para os elevados ganhos dos investimentos externos, assim como enquadrar a sua participação na economia nacional como “nociva” e “espoliativa”, fazia parte da abordagem do noticiário veiculado pela imprensa comunista.

Em célebre discurso pronunciado ao final do ano de 1951, irradiado pela *Voz do Brasil*, o trabalhista e presidente Getúlio Vargas fez graves acusa-

ções às corporações estrangeiras instaladas no Brasil. Sublinhava a desproporção entre o capital forâneo investido e a soma de lucros obtidos no país (cerca de 200% sobre os recursos trazidos do exterior), que eram incorporados ao capital das empresas, sob o *status* de recursos estrangeiros disponíveis para remessas. Tais circunstâncias eram interpretadas pelo presidente “como exemplo de espoliação e de dilapidação do patrimônio nacional”. Sem desprezar a “contribuição do capital estrangeiro”, anunciou a necessidade de edição de um regulamento disciplinador<sup>50</sup>, o que foi feito em 3 de janeiro de 1952. O discurso causou grande impacto na cena política, alcançando ponderável repercussão na imprensa.

A esse respeito, *Imprensa Popular* demonstrou uma avaliação ambígua. Definia o discurso presidencial e a iniciativa do governo como expressão de “pura demagogia”, a promoção “ilusória” de “certa resistência” aos “reacionários e aos imperialistas”. A norma de disciplina das remessas de lucros foi representada como um “pequeno embaraço”, senão mesmo uma medida “inócua”, para confrontar “o governo de Washington, órgão administrativo dos interesses de Wall Street”<sup>51</sup>. Por outro lado, não deixava a matéria de salientar as pressões externas ao posicionamento de Vargas. Mobilizando categorias descritivas com explícitos contornos depreciativos, o periódico comunista questionava “os piratas de Wall Street” e o governo estadunidense, que queriam a “colonização do Brasil” e “interferiam, de modo brutal, em nossos assuntos internos”. Como alternativa, afirmava que “cabe aos patriotas exigir imediatamente a confiscação e a nacionalização de todas as empresas estrangeiras que sugam a nossa economia e cuja exploração é responsável pela miséria de nosso povo e o atraso do nosso país”<sup>52</sup>. Apoiando-me em reflexão desenvolvida por Ernesto Laclau<sup>53</sup>, é possível afirmar que a retórica de *Imprensa Popular* atribuía a um elemento discursivo singular – o capital estrangeiro – potenciais implicações universalizantes: as mazelas do país e da maioria da população. Uma nuance relevante na linha editorial da imprensa comunista.

No tocante ao governo Vargas, a perspectiva editorial foi orientada por uma ácida oposição. Correspondeu à orientação política do PCB, que perdeu o registro eleitoral em 1947 e também sofreu com a cassação dos mandatos de seus parlamentares, em 1948. Na ilegalidade, o partido perdeu a confiança no processo de democratização institucional do país e, com o Manifesto de Agosto de 1950, adotou uma concepção de extrema radicalização<sup>54</sup>. Variável que incidiu no noticiário do seu jornal, ao menos até o suicídio de Vargas, que veio a abrir um período de “flexibilizações táticas”<sup>55</sup>. A imagem de Vargas e a proposta da limitação das remessas de lucros (identificada como um “pequeno embaraço ao imperialismo”) foram ressignificadas no curso do tempo, como teremos a oportunidade de observar.

Durante o período de governo de Getúlio Vargas (1951-54), *Imprensa Popular*, tanto quanto *Novos Rumos* até 1964, deu ênfase às denúncias sobre o “espoliativo” capital estrangeiro, denotando acentuado anti-imperialismo e antiamericanismo. Conforme Moniz Bandeira, um sentimento generalizado de descontentamento às injunções dos EUA na política interna da região era saliente na América Latina, durante os anos 1950-1960<sup>56</sup>. A imprensa comunista não deixava de apresentar tal esquema de percepção, nos termos que seguem:

Os monopólios imperialistas norte-americanos conseguem exportar para Wall Street seus lucros praticamente sem qualquer limitação e, ao mesmo tempo, aumentam seus capitais no país com lucros retidos [...]. Os lucros máximos auferidos no Brasil pelos monopólios americanos são tão fabulosos, que chegam para uma crescente exportação e, ao mesmo tempo, para contínuo aumento dos capitais ianques em nosso país. Isto evidencia a terrível espoliação do povo brasileiro pelos monopolistas norte-americanos<sup>57</sup>.

Frequentemente era ressaltada a “demagogia” de Vargas, com as suas denúncias ao capital estrangeiro. Mas, não se deixava de assinalar as pressões exercidas pelas forças econômicas, em especial, provenientes dos EUA. Noticiava o “*ultimatum* do governo americano e dos capitalistas de Wall Street, que suspenderiam os investimentos no Brasil caso não fosse modificada a lei do sr. Vargas”; lei esta interpretada como “insuficiente”<sup>58</sup>. Destacava, contudo, a entrada de elevados volumes de recursos estrangeiros em 1952, “embora” ocorresse “dificuldade de remessa de lucros” e “os capitais estrangeiros não tenham considerado o Brasil um campo ideal para investimentos”<sup>59</sup>. Não obstante, o jornal criticava sistematicamente as “hesitações” e a “tibieza” do presidente, que, “como previmos, cede inteiramente à pressão dos capitalistas americanos e ingleses”, ao flexibilizar as normas regulatórias sobre as remessas de lucros, beneficiando empresas que atuavam na prestação de serviços públicos, sem empregar os lucros na melhoria das atividades<sup>60</sup>.

O célebre discurso de Vargas e as iniciativas adotadas por seu governo, em que pesem contradições e expressivos recuos, representaram marcos importantes para o debate público a respeito dos temas capital estrangeiro e limitação dos seus lucros. No curso dos anos, também a Carta-Testamento – que denunciava os “lucros extraordinários e espoliativos das empresas estrangeiras”<sup>61</sup> – serviu como estímulo para projetar a questão na agenda pública. Um mês após o suicídio de Getúlio Vargas, a própria *Imprensa Popular* dava sinais de reformulação da imagem do ex-presidente trabalhista, considerando o trágico 24 de agosto como a culminação de “um golpe militar”, motivado pela

“agressividade” e pela “pressão extorsiva” dos “monopólios norte-americanos”, que conseguiram “coagir” o governo, com vistas a obter “o relaxamento das restrições à remessa de lucros para o exterior”<sup>62</sup>.

Desaparecido do cenário ator decisivo para a repercussão pública do assunto, o periódico manteve a sua autônoma e habitual produção noticiosa acerca do capital estrangeiro. Produzia reportagens com gráficos, tabelas e extensas considerações sobre experiências relativas ao Brasil, como também internacionais, tidas como emblemáticas da “miséria e da opressão” geradas pelos “trustes imperialistas”<sup>63</sup>.

O caso da exploração do petróleo venezuelano, então sob o controle de corporações multinacionais, era mobilizado como manifestação dos problemas decorrentes da atuação do capital estrangeiro. Matéria publicada em janeiro de 1956 sublinhava a hiperespecialização da economia da Venezuela por conta do petróleo explorado pelos “trustes”. De acordo com *Imprensa Popular*, os “trágicos resultados” seriam os que seguem: “Pelo menos 2/3 do capital investido na exploração do petróleo na Venezuela, nada mais são do que lucros ali auferidos e reinvestidos”, propiciando crescentes “remessas de lucros à custa desses próprios lucros”. Uma “sangria” em que “se esvai anualmente toda a capacidade de desenvolvimento industrial do país”, deixando o “povo venezuelano na miséria”.<sup>64</sup> Quanto à economia brasileira, noticiava outra matéria, publicada no mesmo ano e com perspectiva similar:

Não é segredo o fato de que muitas firmas norte-americanas aqui se instalaram sem nenhum capital. Trazem dos Estados Unidos apenas uma “boa ficha bancária”. O dinheiro o Brasil lhes fornece. Porque os cruzeiros que conseguem levantar nos estabelecimentos bancários norte-americanos que aqui funcionam é dinheiro de depositantes brasileiros e muitas vezes até de entidades governamentais. É dinheiro do povo que as empresas estrangeiras mobilizam para fazer geralmente concorrência à indústria nacional e, além disso, agravar as nossas disponibilidades cambiais com a remessa de lucros<sup>65</sup>.

Ainda de acordo com a notícia, a fim de preservar “a nossa soberania”, seria necessário adotar a medida da “proibição para os bancos estrangeiros de funcionarem como estabelecimentos de depósitos”. O enquadramento da matéria jornalística<sup>66</sup> atribuía aos investimentos em questão a perniciosa condição de um “parasitismo estrangeiro”<sup>67</sup>.

A partir de 1956, é possível observar, com frequência, a imprensa comunista não apenas veicular matérias que denotavam estudos e avaliações próprias sobre a atuação do capital estrangeiro, mas também sobre atores externos ao PCB e à sua imprensa que iniciaram um tratamento problematizador do tema. Come-

çou a repercutir na Câmara dos Deputados a questão da limitação das remessas de lucros, por meio, em especial, das atividades do deputado federal pelo PTB carioca, Sérgio Magalhães. O parlamentar foi um dos fundadores e mais atuantes membros da Frente Parlamentar Nacionalista, além de vice-presidente da Câmara, em 1959-1961. Formulou e defendeu uma miríade de projetos parlamentares que visavam controlar a participação do capital estrangeiro na economia nacional, de sorte a favorecer o que Magalhães concebia como a “emancipação econômica frente ao imperialismo”. Instituir limitações à remessa de lucros das corporações estrangeiras constituiu o tema pelo qual o deputado ganhou notoriedade, entre os seus contemporâneos<sup>68</sup>. Personagem também decisivo para a projeção do tema da disciplina do capital estrangeiro na agenda pública.

Nesse sentido, o trabalhista representou uma espécie de interlocutor legislativo da *Imprensa Popular*, assim como, posteriormente, do semanário *Novos Rumos*. Suas intervenções e seus projetos parlamentares conquistaram grande apoio e acentuada repercussão na imprensa comunista, com recorrentes manchetes de capa, tais como, “Aprovada a patriótica emenda Sérgio Magalhães – um basta à abusiva remessa de lucros para o exterior”<sup>69</sup> e “Sérgio Magalhães na tribuna da Câmara: contrária ao interesse nacional a política de remessa de lucros”<sup>70</sup>.

A *Imprensa Popular* apoiou projeto de Magalhães que proibia a oferta de câmbio privilegiado (oficial), com dólar mais baixo, às remessas de lucros das corporações internacionais. Aprovada na Câmara dos Deputados, a lei foi vetada pelo presidente Juscelino Kubistchek. O periódico não deixou de reservar espaço às críticas de Magalhães, que ressaltava “sua surpresa” com o que interpretava um “veto ao próprio programa” de industrialização e “desenvolvimento econômico nacional”, esposado pelo presidente na campanha eleitoral<sup>71</sup>. Demais parlamentares nacionalistas, como o trabalhista gaúcho Croacy de Oliveira, que questionavam o que era entendido como benesses oferecidas aos investimentos externos, tinham igual espaço de repercussão nas páginas do jornal: “Não repelimos nem devemos repelir a colaboração do capital estrangeiro produtivo, disse o sr. Croacy. Entretanto, sob pretexto de colaboração, não devemos permitir exploração”<sup>72</sup>.

Importa destacar que, a partir do governo Kubistchek, o PCB alcançou maiores espaços de atuação e de defesa dos seus ideais, apesar de encontrar-se sem registro eleitoral<sup>73</sup>. Tal variável, associada ao impacto do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética – realizado em 1956, que denunciou os chamados crimes do stalinismo –, assim como a consternação popular com o suicídio de Getúlio Vargas, suscitou condições para uma reorientação do partido.

A Declaração de Março de 1958<sup>74</sup>, delineada pelo PCB em seus debates

internos, configurou a culminância do processo, valorizando a participação política pelos mecanismos institucionais e a promoção de alianças com outras correntes partidárias e forças sociais<sup>75</sup>. Igual e gradativamente, ocorreu uma aproximação do PCB com o PTB, sobretudo após o desaparecimento de Vargas e em virtude das iniciativas de João Goulart, presidente do diretório nacional petebista, desde 1952, e vice-presidente da República no governo Kubistchek, consoante a interpretação de Lucília Neves Delgado<sup>76</sup>.

Por conseguinte, as críticas tecidas a Juscelino, pela imprensa comunista, tendiam a ser menos corrosivas do que as realizadas ao presidente Getúlio Vargas. Do mesmo modo, o enquadramento jornalístico da proposta de limitação das remessas de lucros foi modificado. De um “pequeno embaraço ao imperialismo” foi convertido em uma importante e “patriótica” iniciativa. A defesa da estatização das empresas estrangeiras persistiu até o golpe civil-militar de 1964, enquanto diretriz do PCB, mas era complementada pela saudação a ações e mobilizações favoráveis à disciplina dos lucros dos “trustes imperialistas”. Nesse contexto, tanto *Imprensa Popular* quanto *Novos Rumos* reservaram espaços ponderáveis aos agentes políticos alinhados com a medida, sobretudo aos trabalhistas. Dar visibilidade e repercutir o tema era prioridade para a linha editorial da imprensa comunista.

O jornal *Imprensa Popular* encerrou as suas atividades em 1958. Por sua vez, o jornal *Novos Rumos* foi colocado em circulação no início de 1959, convencionalmente registrando três palavras-chave acima do seu título, na primeira página: nacionalismo, democracia e socialismo. A nova orientação partidária manifestou-se em periódico igualmente novo. É precisamente em *Novos Rumos* que temos a possibilidade de identificar a significativa projeção alcançada pela temática da disciplina do capital estrangeiro, na agenda pública nacional, até o golpe civil-militar de 1964.

Em uma das suas primeiras edições, *Novos Rumos* oferecia grande destaque a uma entrevista concedida por Sérgio Magalhães ao periódico. O deputado trabalhista sublinhava a preparação de diversos projetos parlamentares que visavam controlar a atuação dos investimentos externos, em especial disciplinar a remessa de lucros<sup>77</sup>. O petebista era saudado como “combativo parlamentar nacionalista”, cujas propostas “precisam contar com o apoio decidido de todas as forças nacionalistas”. Isso com vistas a cessar “a famigerada bomba de sucção” de riquezas nacionais para o exterior<sup>78</sup>. Poucas semanas depois, uma reportagem prestigiava os posicionamentos do marechal Henrique Teixeira Lott – nome então ventilado à candidatura para a Presidência da República –, da FPN, bem como de “outras entidades patrióticas”, que se manifestavam favoráveis a “combater” a “tremenda sangria em nosso balanço de pagamentos”, por meio do apoio às propostas de Magalhães. A limitação

das remessas de lucros para o exterior era tida como um “dos mais palpitantes problemas nacionais” e representava “uma medida de grande alcance para o nosso desenvolvimento”<sup>79</sup>.

O vice-presidente da República, João Goulart, e a sua corrente partidária, mereceram expressões de apoio do semanário por conta do acolhimento programático explícito da “limitação da remessa de lucros para o exterior, da reforma agrária e da contenção do custo de vida”, consistindo em “um plano concreto de ação” para o PTB. Identificando convergências com as diretrizes do PCB, *Novos Rumos* afirmava que se “trata de exigências há muito formuladas pelos setores mais consequentes da luta anti-imperialista, em particular os comunistas”<sup>80</sup>. De olho na eleição presidencial de 1960, reiteradamente *Novos Rumos* preconizava um “ponto de vista unitário” das “forças nacionalistas democráticas”, exaltando o “abandono da posição passiva e expectante em que se mantinha” o PTB, ao “assumir atitude clara”, entre outros temas, em relação à “limitação das remessas de lucros do capital estrangeiro”<sup>81</sup>.

Paralelamente a uma repercussão maior do assunto na cena política, sobretudo entre as esquerdas, o ano de 1959 refletiu também, no noticiário, a sua inclusão na pauta dos movimentos sociais. Assim, em reunião ocorrida com o presidente Kubitschek, a Comissão Coordenadora de Combate à Carestia de São Paulo, formada “por dirigentes sindicais, populares e estudantis”, assinalou a questão junto ao governo federal. Demandando iniciativas que permitissem o “combate à carestia de vida”, a Comissão entregou documento propositivo ao presidente, em que identificava algumas raízes dos problemas sociais. Seguem algumas sugestões abaixo:

Limitação à remessa de dividendos, lucros, “royalties” e prêmios de seguros, que sangram a nossa economia [...]. Não concessão de câmbio favorecido para a remessa de lucros [...]. Nacionalização dos bancos estrangeiros de depósitos, que os recebem a baixos juros, de depositantes nacionais, e os emprestam unicamente a firmas ligadas aos trustes internacionais<sup>82</sup>.

A partir de então, foi recorrente o registro de iniciativas e mobilizações populares, sindicais e estudantis, na produção jornalística e que concebiam a necessidade de controle sobre o capital estrangeiro enquanto relevante item de reivindicações. Organismos coletivos de moradores e sindicatos da região paulista da Baixada Santista, por exemplo, acentuavam a “espoliação internacional” como pano de fundo para iluminar e equacionar o problema da “carestia”, da “alta desabusada dos gêneros de primeira necessidade”. Por extensão, as resoluções da União das Sociedades de Melhoramentos dos Bairros, Vilas e Morros das Cidades da Baixada Santista, assinalavam “apoio a projetos

nacionalistas que podem baixar o custo de vida”, tais como: “encampação dos frigoríficos, reforma agrária e limitação da remessa de lucros”<sup>83</sup>. Uma demonstração não apenas da popularização e da importância crescente da temática em foco, quanto de politização das questões econômicas, na esteira da experiência cotidiana das classes populares.

A esse respeito, é importante frisar as atividades de comunistas e trabalhistas no movimento sindical. De acordo com Delgado, o PCB e o PTB conformaram as duas “agregações partidárias que maiores influências exerceram no desencadear das lutas e mobilizações sindicais que tanto marcaram a conjuntura”<sup>84</sup>. Na avaliação de Fernando Teixeira da Silva, as lideranças sindicais comunistas e trabalhistas, distantes da noção convencional da “manipulação populista”, alcançaram êxitos e eram tidas como legítimas entre os trabalhadores que possuíam “enraizamento na experiência de classe”<sup>85</sup>. Nesse sentido, talvez não seja demasiado observar que tendeu a ocorrer uma articulação entre problemas cotidianos e questões políticas e econômicas mais abrangentes, como se pode identificar nos argumentos mobilizados e nas reivindicações de estratos da classe trabalhadora noticiadas por *Novos Rumos*. É plausível que traduzam, em alguma medida, um fenômeno que a filosofia gramsciana interpreta como a conversão de uma visão corporativa, restrita ao microuniverso da categoria profissional, em um esquema de percepção propriamente político. Isto é, a expressão da capacidade de incidir sobre os problemas e os rumos da política e da vida econômico-social da coletividade<sup>86</sup>. Com efeito, crescia a força de intervenção de setores das classes populares na formação da opinião e da agenda públicas.

O tema repercutiu bastante na campanha eleitoral para a Presidência da República, em 1960. Os candidatos a presidente, marechal Lott (PSD), e a vice-presidente, João Goulart (PTB), receberam apoio entusiasta de *Novos Rumos*, entre outras razões, por conta de uma plataforma política que esposava o “desenvolvimento independente” e a “eliminação dessa face do empobrecimento nacional, de inflação e carestia que é o regime de espoliação incontrolada e ilimitada do trabalho e dos recursos nacionais pelos trustes estrangeiros”<sup>87</sup>. O candidato adversário, Jânio Quadros (PTN), apoiado pela “entreguista” UDN, também defendeu a limitação das remessas de lucros dos investimentos externos, sendo cobrado, após a vitória alcançada, por *Novos Rumos*<sup>88</sup>.

Com a renúncia de Jânio Quadros em poucos meses de governo, Goulart assumiu a Presidência, em setembro de 1961, sob forte tensão política promovida com a tentativa de ruptura institucional pelas forças militares e civis conservadoras. Para garantir a posse de Jango, segundo o jornal, “a decisão dos trabalhadores em greve, de só voltarem à atividade profissional” após

Jango assumir, “foi um dos mais importantes fatores de derrota do grupo militar que tentou instituir uma ditadura de tipo fascista em nosso país”. Ressaltava ainda violências sofridas pelos trabalhadores no Rio de Janeiro e em São Paulo, praticadas pelas forças “golpistas”, bem como as demandas daqueles trabalhadores, que pretendiam fossem atendidas pelo novo presidente, como a “reforma agrária e a limitação da remessa de lucros ao exterior”<sup>89</sup>.

Mesclando projetos dos deputados federais Sérgio Magalhães (PTB) e Barbosa Lima Sobrinho (PSB), o também parlamentar Celso Brant (PR), integrante da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, inaugurou uma nova etapa das discussões em torno da disciplina do capital estrangeiro na esfera pública. Seu projeto tramitou no Congresso Nacional desde 1961, sendo aprovado em setembro de 1962. A força de incidência na agenda pública e, em especial, na pauta da imprensa foi considerável. O *Jornal Novos Rumos* habitualmente veiculou argumentos de personagens e organismos sociais e políticos coletivos favoráveis à aprovação. Em menor medida, não deixou de registrar a tomada de posições contrárias. Em regra, criticava-as.

Em dezembro de 1961 o periódico publicava matéria que ilustra a popularização do tema, por meio da iniciativa do Pacto de Unidade e Ação (PUA), que consistia em uma plataforma intersindical atuante em esfera nacional. O PUA, formado por marítimos, ferroviários, estivadores e portuários, defendia a “aprovação urgente do patriótico projeto oriundo da Câmara, que disciplina a remessa de lucros”, encaminhando “telegramas e mensagens ao presidente da República e aos membros do Congresso Nacional, particularmente aos senadores”<sup>90</sup>. Aprovado na Câmara, o projeto aguardava o posicionamento do Senado, que era reticente em aprová-lo.

Na edição seguinte, o semanário não titubeava em manchete de capa: “Limitar remessa de lucros é imposição patriótica: projeto deve ser aprovado”<sup>91</sup>. Na mesma semana, o periódico *O Estado de S.Paulo*, explicitamente favorável ao acolhimento irrestrito dos investimentos externos, desqualificava o projeto como uma ideia “tipicamente totalitária”<sup>92</sup>. As divergências se acirravam na imprensa e na sociedade.

Cumprido salientar que a questão da limitação das remessas de lucros para o exterior seguiu um caminho sinuoso, até consistir em relevante item da agenda pública. Como oportunamente chama atenção a perspectiva teórica de Hawlett, a relação entre opinião pública e agendas pública e de governo não é linear<sup>93</sup>. Fenômeno possível de constatar no recorte temporal selecionado. Um processo de retroalimentação entre tomadas de posição apresentadas pela imprensa e por atores, individuais e coletivos, da política institucional e da sociedade civil, convergiu para a inclusão e a repercussão do tema na agenda, conformando uma ambiência favorável à conversão em instrumento legal. A

imprensa comunista e as ações de ativistas de esquerda – trabalhistas e comunistas – no movimento sindical contribuíram para iluminar o assunto. Igualmente, iniciativas de atores da política institucional, sobretudo trabalhistas, incidiram bastante no processo. Mesmo a imprensa liberal-conservadora – independentemente da sua linha editorial –, em função do contínuo crescimento eleitoral das esquerdas, especialmente do PTB, e da projeção social alcançada pelo tema da disciplina do capital estrangeiro, viu-se impelida a noticiar e a repercutir o assunto, mesmo que sob enquadramentos demeritórios.

Isso posto, noticiando o que entendia manifestação de interferência externa nos assuntos nacionais, *Novos Rumos* problematizava conferência promovida pelo embaixador estadunidense no Brasil, Lincoln Gordon, no Congresso Nacional das Classes Produtoras (Conclap). O diplomata depreciava o projeto de limitação das remessas de lucros, então aprovado na Câmara e sob análise do Senado Federal, classificando-o como um “mito”. Ademais, o jornal questionava o posicionamento “da grande imprensa”, que laureava “o sr. Gordon”, apesar de que “ninguém consiga ultrapassar *O Globo* na sabujice com que se prosterna diante do ilustre estrangeiro”<sup>94</sup>.

O jornal *Novos Rumos*, frequentemente, veiculava considerações críticas à linha editorial dos periódicos conservadores, desempenhando, em parte, um padrão de ativismo midiático que José Luiz Braga, com foco na Internet, denominou como “auditoria social e observatório da imprensa”. Isto é, a realização da crítica aos “processos comunicacionais tendenciosos dos grandes meios”, visando ao “exercício da cidadania”<sup>95</sup>. Era muito comum as páginas, do jornal comunista, estamparem análises contestadoras do noticiário dos demais veículos, em especial dos maiores, liberais-conservadores. A esse respeito, analisando a recepção jornalística do projeto de limitação da remessa de lucros, o periódico entendia que estava submetido ao “fogo cerrado” da “grande imprensa e de todos os advogados do capital estrangeiro”, sendo “oportuna a transcrição” do depoimento de um personagem “autorizado”: Getúlio Vargas. Para questionar a “grande imprensa”, *Novos Rumos* chegou a recorrer ao nome de Vargas, agora representado praticamente como um símbolo da luta contra a “sangria”, a “espoliação” e o “empobrecimento” promovidos pelos investimentos externos<sup>96</sup>.

Salientando a “ofensiva entreguista desencadeada no país”, o periódico destacava o apoio da indústria ao projeto de limitação da remessa de lucros, particularmente por meio de ponderações feitas por um integrante da cúpula da Confederação Nacional da Indústria, Fernando Gasparian<sup>97</sup>. Não era habitual ver um espaço reservado às vozes do empresariado nas páginas da imprensa comunista. No caso, denotando enquadramento positivo a partir de um personagem específico, talvez a matéria representasse menos a intenção

de noticiar, do que propriamente explorar a ideia de dilatação de apoio interclasses à proposta. Lanço essa hipótese porque o posicionamento do setor industrial do capital nacional era ambíguo, mas tendendo a acompanhar os estratos empresariais do comércio e do campo na economia brasileira, ambos enfáticos na rejeição à disciplina do capital estrangeiro. Assim, notícias publicadas em *O Globo*, no biênio 1960-1961, demonstram inicialmente reservas e, depois, oposição dos industriais ao projeto parlamentar<sup>98</sup>.

Durante o ano de 1962, inúmeras reportagens de *Novos Rumos* registraram as iniciativas e mobilizações das classes trabalhadoras para a aprovação do projeto, assim como os seus receios em face do Senado<sup>99</sup>. Em março, uma Frente de Libertação Nacional foi criada na cidade de Santos (SP), envolvendo “nacionalistas de diversas correntes políticas, dirigentes sindicais, estudantis e populares”. De acordo com a matéria, a Frente foi constituída no “calor da luta em defesa da lei que limita a remessa de lucros” e teria como convidado para a “solenidade da fundação” o governador do Rio Grande do Sul e trabalhista Leonel Brizola, que falaria “sobre a reforma agrária e a encampação da Cia. Telefônica Nacional” – empresa subsidiária da estadunidense International Telephone and Telegraph Corporation (ITT), estatizada por seu governo no mesmo ano<sup>100</sup>. Por seu turno, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) definia a “luta pela aprovação final da Lei que limita a remessa de lucros para o exterior”, como item da plataforma de reivindicações, que incluía a “luta pela aprovação do projeto que institui o 13º salário” e a “aprovação da Lei de Greve”<sup>101</sup>.

Tamanha mobilização popular e repercussão na esfera pública criou condições para a aprovação do projeto no Congresso Nacional, em 3 de setembro de 1962. A partir de então, o foco dirigiu-se à regulamentação e à aplicação da lei pelo governo federal. Apoiando o presidente João Goulart, imediatamente após a edição da lei, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) defendia em greve a realização de “reformas profundas que os brasileiros exigem”, a “imediata elevação de 100% no salário mínimo e majoração de todos os salários”, bem como a “aplicação efetiva da lei que disciplina a remessa de lucros para o exterior”<sup>102</sup>. Seguidamente *Novos Rumos* publicava matérias com os mesmos contornos, de reivindicação dos movimentos populares e sindicais, especialmente do CGT, pela execução da lei<sup>103</sup>. Não se restringindo ao eixo Rio-São Paulo, também em Recife (PE) a manifestação de rua no 1º de maio de 1963 era descrita como “uma vibrante demonstração de luta pelas reformas de base e a emancipação nacional”, que demandava a “aplicação da lei que limita a remessa de lucros dos capitais estrangeiros”, a “reforma agrária” e a “nacionalização das empresas estrangeiras que ocupem posições-chave na economia nacional”<sup>104</sup>.

Constantemente eram feitos apelos ao presidente Jango para compor seu ministério com integrantes exclusivamente das esquerdas, assim como desferidas críticas à “demora” em pôr em execução a lei parlamentar que disciplinava as remessas de lucros<sup>105</sup>. Não obstante, o jornal trazia frequentes registros de pressões externas sobre o governo. Em uma matéria, *Novos Rumos* destacava as “‘análises’ feitas pela imprensa norte-americana” – como o “*Wall Street Journal*, boletim dos grandes banqueiros ianques, e o *New York Times*, porta-voz do departamento de Estado dos EUA” – que visavam “aumentar a pressão” sobre o governo brasileiro, afirmando “que o Brasil está à porta do caos, não havendo outra saída senão a total capitulação aos trustes e ao governo norte-americano”<sup>106</sup>. Outra notícia tecia considerações sobre o pronunciamento feito pelo presidente dos EUA, John Kennedy, na Associação Interamericana de Imprensa, que salientava a intenção do seu “governo em intervir em qualquer país do continente”, ameaçado de ficar ligado à “política do comunismo estrangeiro”. Nesse sentido, o “apátrida Júlio de Mesquita Filho”, diretor de *O Estado de S. Paulo*, “pede aos americanos, como um desprezível sabujo, que eles não demorem em ‘agir’”. Uma das razões para as ameaças referia-se ao “compromisso publicamente assumido por Goulart de decretar uma regulamentação da lei de remessas de lucros que atenda aos legítimos interesses nacionais”<sup>107</sup>.

Ao mesmo tempo, o Departamento de Estado norte-americano observava as iniciativas de agentes políticos considerados “extremistas comuno-nacionalistas, ultranacionalistas e revolucionários de esquerda”, como o governador pernambucano Miguel Arraes (PST), os deputados federais Max da Costa Santos (PSB), Fernando Santana (PSD), Sergio Magalhães (PTB), Leonel Brizola (PTB) e Neiva Moreira (PSP), bem como o PCB<sup>108</sup>. As notícias e as ações de *Novos Rumos* eram igualmente acompanhadas nos relatórios e telegramas enviados pela diplomacia dos EUA ao seu Departamento de Estado, como um aerograma que registrava as vendas e a significativa divulgação do periódico nas bancas de Curitiba e Florianópolis<sup>109</sup>.

Importa observar que os anos de 1962 e, sobretudo, 1963, representaram o período com menores ingressos de investimentos estrangeiros no país, entre os decênios de 1950 a 1980<sup>110</sup>. Uma reação aos debates e às iniciativas políticas desenroladas no Brasil. Em que pesem reações e pressões, internas e forâneas, o presidente Goulart regulamentou a lei de remessa de lucros do capital estrangeiro, em janeiro de 1964. A aplicação dos princípios disciplinadores ainda integrou a pauta de reivindicações do CGT, assim como era reverberada pelo jornal. No célebre Comício da Central do Brasil, realizado no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, junto à “ampliação da política externa independente, à defesa da autodeterminação de Cuba”, à “reforma agrária”, fi-

gurava o pleito pela “nomeação de patriotas que possam efetivamente garantir a aplicação da lei de remessa de lucros”<sup>111</sup>.

Não houve tempo. Em sua última edição, os apelos principais do noticiário de *Novos Rumos* dirigiam-se à “mobilização e unidade das forças nacionalistas e democráticas” e à denúncia do golpismo de direita, que contava “com o apoio da chamada ‘grande imprensa’”<sup>112</sup>. Encerrava-se um fecundo período para as esquerdas e de politização das classes populares, de expressão de seus poderes de incidência na formação da opinião e da agenda públicas.

## Considerações finais

De acordo com Nildo Ouriques, um dos sentidos do golpe civil-militar de 1964 correspondeu à instauração de uma ditadura “destinada a transnacionalizar” a economia brasileira, bem como a “superexplorar” os trabalhadores<sup>113</sup>. A ditadura mudou a correlação de forças políticas, favorecendo o ideário econômico liberal no país<sup>114</sup>. Após a década de 1990, com a hegemonia do chamado neoliberalismo, ideias nacionalistas e anti-imperialistas, como as identificadas no artigo, sofreram um incremento de marginalização no debate político brasileiro, encontrando-se em nossos dias sob absoluto obscurecimento. Fenômeno diferente é verificado em alguns outros países sul-americanos, por conta da força do “nacionalismo revolucionário”<sup>115</sup>.

Nos termos da análise desenvolvida por Domenico Losurdo, é plausível argumentar que as esquerdas pré-1964, no caso em particular, a comunista, demonstravam capacidade de articulação entre as questões social e nacional. Isto é, eram norteadas pelo pressuposto de que a soberania política e a elevação das condições de vida das classes trabalhadoras não poderiam desprezar ponderável independência econômica e tecnológica<sup>116</sup>. Por conseguinte, o anti-imperialismo e o nacionalismo mobilizados pela retórica da imprensa comunista manifestavam configurações peculiares da luta de classes, cá na periferia capitalista. Luta muito longe de ser desprezível, pois, sob um panorama mundial, talvez ainda mais no tempo presente, as corporações multinacionais consistem em um dos principais agentes da coordenação do capitalismo internacional. Silenciar aquelas esquerdas consistiu em foco decisivo do golpe e da ditadura civil-militar instalada em 1964.

Ademais, vale destacar que o processo de seleção e de projeção obtida pelo tema da disciplina do capital estrangeiro na agenda, durante as décadas de 1950 e 1960, em boa medida, pôde ser levado a cabo devido à existência de um setor de comunicações não oligopolizado. Diferentes atores individuais e coletivos colaboraram para a repercussão do assunto na esfera pública, incluindo a incansável imprensa mantida pelo PCB. Vozes e setores subalternizados na

sociedade – como também questões e problemas secundarizados pelos meios empresariais e liberais-conservadores de comunicação –, possuíam possibilidades para intervir no processo de construção da opinião e da agenda públicas. Em nossos dias, talvez não seja desrazoável argumentar que fenômeno similar tenha maiores condições de ocorrer por intermédio da adoção de um marco regulatório e democrático da mídia, que viabilize a promoção do pluralismo das opiniões, assegurando voz e vez aos silenciados.

## RESUMO

---

O artigo tem como objeto de análise dois jornais cariocas que integraram a imprensa do Partido Comunista Brasileiro: *Imprensa Popular* e *Novos Rumos*. Foram periódicos que contribuíram para a veiculação das ideias políticas do PCB, bem como para noticiar questões sociais, políticas e econômicas sensíveis aos estratos sociais subalternos. O período priorizado consiste nos anos de 1951 a 1964 e tem em vista permitir a identificação da projeção alcançada na agenda pública por um assunto, em particular: a disciplina do capital estrangeiro na economia brasileira. Objetivo adicional é evidenciar o papel da imprensa comunista no processo de construção da opinião e da agenda públicas do período.

## PALAVRAS-CHAVE

---

História da Imprensa; PCB; Opinião Pública; Anti-imperialismo.

*The question of control over the foreign capital in the communist press (1951-1964)*

## ABSTRACT

---

The article analyses two newspapers from Rio de Janeiro named *Imprensa Popular* and *Novos Rumos*, which were part of the Brazilian Communist Party press. They were periodicals that contributed to the propagation of political ideas of the PCB as well as social, political and economic issues in favor of the lowest stratum of society. This paper prioritizes the 1951-1964 period and aims to identify, especially, the projection of the foreign capital in the Brazilian economy, furthermore it highlights the role of the communist press in the construction of the public opinion and the public agenda.

## KEYWORDS

---

History of the Press; PCB; Public Opinion; Anti-imperialism.

## NOTAS

---

1. Doutor em História (UFF), mestre em Ciência Política (UFRJ) e professor da Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (FAETERJ-RIO/FAETEC/SECT-RJ). E-mail: betobitencourt@hotmail.com.

2. Até 1960, o PCB recebia o nome de Partido Comunista do Brasil.
3. HAWLETT, Michael. “A dialética da opinião pública: efeitos recíprocos da política pública e da opinião pública em sociedades democráticas contemporâneas”. *Opinião Pública*: Unicamp, Campinas, v. VI, n. 2, 2000, p. 183.
4. MIGUEL, Luis Felipe. *Democracia e representação*. São Paulo: Unesp, 2014, p. 142.
5. HAWLETT, Michael. *Op. cit.*, p. 177.
6. CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A rede da democracia*. Niterói: EdUFF; Nitpress, 2010.
7. BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil” 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2ª ed., 2010.
8. CARVALHO, Aloysio Castelo de. *Op.cit.*
9. SIQUEIRA, Carla. “A novidade que faltava: sensacionalismo e retórica política nos jornais Última Hora, O Dia e Luta Democrática no segundo governo Vargas (1951-1954)”. *Revista Eco-Pós*: UFRJ, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2005, p. 46-66. MATTOS, Marcelo Badaró. “Imprensa comunista e formação de quadros no período 1954-1964”. In ROXO, Marco; SACRAMENTO, Igor (orgs.). *Intelectuais partidos*. Rio de Janeiro: Faperj: E-Papers, 2012, p. 123-143. RIBEIRO, Jayme Lúcio F. “A imprensa comunista e a experiência democrática: cotidiano carioca e programação cultural nas páginas dos jornais”. In ROXO, Marco; SACRAMENTO, Igor (orgs.). *Intelectuais partidos*. Rio de Janeiro: Faperj: E-Papers, 2012, p. 145-179.
10. KUCISNKI, Bernardo. *Jornalismo econômico*. São Paulo: EdUSP, 2ª ed., 2000, p. 191.
11. FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 5ªed., 2005, p. 251-254.
12. DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do estado*. Petrópolis: Vozes, 2ª ed., 1981.
13. COUTTO, Francisco Pedro do. “Lei de remessa de lucros é o instrumento para conter a lavagem de dinheiro”. *Tribuna da Internet*, 01/11/2011. Disponível em: <<http://www.carlosnewton.com.br/lei-de-remessa-de-lucros-e-o-instrumento-para-conter-a-lavagem-de-dinheiro/>>, acesso em: 16 jul. 2015.
14. *Folha de S.Paulo*. “A visão de Jango”. São Paulo, 02/04/2014.
15. MCCOMBS, Maxwell. *A teoria da agenda*. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 140.
16. MATTOS, Marcelo Badaró. *Op. cit.*, p. 123.
17. FERREIRA, Marieta de Moraes. “A Classe Operária”. *Dicionário da elite política republicana (1889-1930)*, s/d. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CLASSE%20OPER%C3%81RIA,%20A.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2015.
18. MAIA, Andréa Casa Nova. “Representações da crise de 1929 na imprensa brasileira: relações entre história, mídia e cultura”. *Varia História*: Belo Horizonte, v. 29, n. 49, jan./abr. 2013, p. 217-245.
19. MATTOS, Marcelo Badaró. *Op. cit.*, p. 134.
20. Idem, p. 123-135.
21. RIBEIRO, Jayme Lúcio F. *Op. cit.*, p. 152.

22. Idem, p. 159.
23. Idem, p. 152.
24. FERREIRA, Jorge. “Os comunistas e os Novos Rumos”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – Anpuh*: São Paulo, jul. 2011.
25. MATTOS, Marcelo Badaró. *Op. cit.*, p. 139.
26. FERREIRA, Marieta de Moraes. “Novos Rumos”. In ABREU, Alzira Alves de; *et al.* (orgs.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro – pós 1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2ª ed., 2001, p. 4126-4127.
27. ALVES FILHO, Aluizio. “A ideologia como ferramenta de trabalho e o discurso da mídia”. *Comum*, Rio de Janeiro: Facha, v. 5, n. 15, ago./dez. 2000, p. 101.
28. NOIJE, Paulo Van; PIRES, Júlio Manuel. “Restrição de divisas e política cambial no Brasil no pós segunda guerra mundial”. *Pesquisa & Debate*: PUC-SP, v.25, n.1(45), jan./jun. 2014, p. 118.
29. Idem, p. 117.
30. HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
31. NOIJE, Paulo Van; PIRES, Júlio Manuel. *Op.cit.*, p. 113
32. CAMPOS, Fábio A.; RODRIGUES, Fernando Henrique L. “Transnacionalização do capital e os limites do desenvolvimentismo: um diálogo com Celso Furtado sobre a experiência brasileira”. *História Econômica e História de Empresas*: ABPHE, v. 17, n. 2, 2014, p. 381.
33. KUCISNKI, Bernardo. *Op.cit.* MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Formação do império americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed., 2006, p. 199.
34. Sem a pretensão de adentrar minuciosamente o tema, podem ser salientadas as seguintes normas: Decreto-lei nº. 9025, de fevereiro de 1946, revogado no mesmo ano (ver em MAGALHÃES, Sérgio; et al. *A questão da remessa de lucros*. Rio de Janeiro: Editora Universitária, 1962, p. 5.); Decreto no. 30363, de 03/01/1952, também revogado (AFFONSO, Almino. *1964 na visão do ministro do trabalho de João Goulart*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2014, p. 429); Instrução nº. 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito, editada em 1955. (SILVA, Roberto Bitencourt da. “Em busca de uma esquerda esquecida: o nacionalismo trabalhista de Sérgio Magalhães”. *Achegas.net – Revista de Ciência Política*: Rio de Janeiro, n. 47, jan./jul. 2015, p. 77); Lei no. 4131, de 03/09/1962, aprovada pelo Congresso Nacional. (AFFONSO, Almino. *Op.cit.*, p. 430); Decreto no. 53451, de 20/01/1964. (SILVA, Roberto Bitencourt da. *Op.cit.*, p. 68).
35. NOIJE, Paulo Van; PIRES, Júlio Manuel. *Op.cit.*, p. 124.
36. KUCISNKI, Bernardo. *Op.cit.*, p. 72. Reflexões desenvolvidas pelos economistas Paul Baran e Paul Sweezy, publicadas originalmente em 1966, dão uma amostra do significado dos lucros remetidos pelas multinacionais sediadas nos EUA. Os lucros no exterior superavam o que se conquistava na economia estadunidense, expandindo as operações com recursos auferidos nos próprios países subdesenvolvidos, contribuindo para o gigantismo de algumas corporações. BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. *Capitalismo monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2ª ed., 1974, p. 196-197. Tal estado de coisas representava “um método de bombear o excedente das áreas subdesenvolvidas”. Idem, p. 110.
37. GUDIN, Eugênio. “Capital estrangeiro”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20/11/1959, p. 2.

38. Lei nº. 4131, de 03/09/1962, aprovada pelo Congresso Nacional. Tratava-se de projeto do deputado federal Celso Brant (PR/MG), relator da matéria na Comissão Técnica de Finanças da Câmara dos Deputados, que reuniu projetos dos também deputados federais Sérgio Magalhães (PTB/GB) e Barbosa Lima Sobrinho (PSB/PE). Disciplinava os limites das remessas de lucros do capital estrangeiro em 10% ao ano, sobre o capital originalmente investido no país. Conceituava os reinvestimentos – recursos e lucros obtidos no mercado consumidor e de trabalho brasileiro – como “capital nacional em mãos de estrangeiros”. Aos reinvestimentos eram vedadas as remessas de lucros, de sorte a nacionalizar o capital e a canalizá-lo em investimentos no país. Visava assegurar divisas e poupança interna.
39. *O Globo*. Rio de Janeiro, 2/12/1961, p. 6.
40. SILVA, Roberto Bitencourt da. *Op.cit.*, p. 76-77.
41. *O Semanário*. Rio de Janeiro, ano I, n. 34, 1956, p. 9.
42. *O Globo*. Rio de Janeiro, 01/12/1961, p. 3.
43. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 03/12/1961, p. 1.
44. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 13/11/1961, p. 4.
45. SIQUEIRA, Carla. *Op.cit.*, p. 55.
46. WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. São Paulo: Planeta, 2005.
47. Sobre o tema, ver mais em BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro – o ciclo do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 4ª ed., 2000, p. 184-193.
48. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 03/05/1951, p. 3.
49. Idem.
50. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 02/01/1952, p. 6.
51. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 19/01/1952, p. 4.
52. Idem.
53. LACLAU, Ernesto. *Misticismo, retórica y política*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.
54. A esse respeito, consultar RIBEIRO, Jayme Lúcio F. *Op. cit.*
55. MATTOS, Marcelo Badaró. *Op.cit.*, p. 130.
56. MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Op.cit.*, p. 200.
57. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 3/06/1954, p. 8.
58. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 24/01/1952, p. 1.
59. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 15/01/1953, p. 2.
60. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 24/01/1952, p. 1.
61. VARGAS, Getúlio. “Carta-Testamento”, 24/08/1954. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/memorialgetulio Vargas/conteudo/expo8.html>>, acesso em: 24 jul. 2015.
62. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 25/09/1954, p. 8.
63. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 11/01/1956, p. 3.
64. Idem.

65. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 10/11/1956, p. 3.
66. Isto é, os “ângulos que permitem ordenar e interpretar os fatos registrados”, conforme contornos conceituais delineados por McCombs, MCCOMBS, Maxwell. *Op.cit.*
67. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 10/11/1956, p. 3.
68. SILVA, Roberto Bitencourt da. *Op. cit.*, p. 62-68.
69. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 15/12/1956, p. 1.
70. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 23/03/1957, p. 1.
71. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 06/02/1957, p. 2.
72. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 01/06/1957, p. 1.
73. MATTOS, Marcelo Badaró. *Op. cit.*, p. 130-131.
74. Consultar MATTOS, Marcelo Badaró. *Op. cit.*
75. FERREIRA, Jorge. *Op.cit.*
76. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB – do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989, p. 165-166.
77. Ao menos quatro projetos foram apresentados com esse objetivo pelo deputado federal Sérgio Magalhães, no ano de 1959. Consultar SILVA, Roberto Bitencourt da. *Op. cit.*
78. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 7 a 13/03/1959, p. 6.
79. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 20 a 26/03/1959, p. 1.
80. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 3 a 09/04/1959, p. 2.
81. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 8 a 14/05/1959, p. 1.
82. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 3 a 09/04/1959, p. 1.
83. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 23 a 29/12/1960, p. 2.
84. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Op. cit.*, p. 265.
85. SILVA, Fernando Teixeira da. “Direitos, política e trabalho no porto de Santos”. In FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da; *et al.* (orgs). *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p. 51-86.
86. GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
87. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 30/09 a 06/10/1960.
88. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 27/01 a 02/02/1961.
89. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 06/09/1961, p. 4.
90. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 08 a 14/12/1961, p. 2.
91. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 15 a 21/12/1961, p. 1.
92. *O Estado de S.Paulo*. São Paulo, 12/12/1961, p. 4.
93. HAWLETT, Michael. *Op.cit.*, p. 169.
94. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 29/12/1961 a 04/01/1962, p. 4.

95. BRAGA, José Luiz. “La política de los internautas es producir circuitos”. In CARLÓN, Mario; NETO, Antonio Fausto (orgs.). *Las políticas de los internautas*. Buenos Aires: La Crujía, 2012, p. 43-45.
96. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 5 a 11/01/1962, p. 8.
97. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 02 a 08/02/1962, p. 7.
98. *O Globo*. Rio de Janeiro, 22/10/1960, p.11. *O Globo*. Rio de Janeiro, 05/12/1961, p. 5.
99. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 29/06 a 05/07/1962, p. 7.
100. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 23 a 29/03/1962, p. 4.
101. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 6 a 12/04/1962, p. 2.
102. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, suplemento especial, set. 1962, p. 15.
103. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 8 a 14/02/1963, p. 1.
104. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 10 a 19/05/1963, p. 3.
105. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 1 a 7/11/1963, p. 3.
106. Idem.
107. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 22 a 28/11/1963, p. 8.
108. *Department of State – Embassy Brasilia Office*. “Federal deputies sign Pro-Cuba Congress letter”, A-1133, 02/04/1963. *Department of State*. Rio de Janeiro, control 20572, 26/09/1963. Arquivos disponíveis em Brown Library – Center for Digital Scholarship: <<http://library.brown.edu/openingthearchives/?lang=pt>>, acesso em: 31 jul. 2015.
109. *Department of State – Consulate Curitiba*. “Curitiba weekly summary of July 5”, Pol 2-3 Braz, 06/07/1963. Disponível em Brown Library – Center for Digital Scholarship: <<http://library.brown.edu/openingthearchives/?lang=pt>>, acesso em: 30 jul. 2015.
110. CAMPOS, Fábio A.; RODRIGUES, Fernando Henrique L. *Op.cit.*, p. 388.
111. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 6 a 12/03/1964, p. 8.
112. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 20 a 26/03/1964, p. 8
113. OURIQUES, Nildo. *O colapso do figurino francês*. Florianópolis: Insular, 2014, p. 205.
114. Idem, p. 22.
115. Idem, p. 65.
116. LOSURDO, Domenico. *A luta de classes*. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 354.